



**ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata do dia anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e deputadas. *“Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Oitenta e Seis da Septuagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 38/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 31/2024, da Cassems. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Mara Caseiro e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Gerson Claro e Gleice Jane. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 178/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 227/2022, de autoria dos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 60/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 140/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Maria Minhos da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Roberto Hashioka e Paulo Corrêa endereçada à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso do Sul (Fecomércio/MS), na pessoa de seu presidente, senhor Edison Ferreira Araújo, pelos 45 anos de atividade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Escola Municipal Mundo da Criança – Nova Andradina, pelo desempenho na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023, ao ficar em segundo lugar no ranking estadual, obtendo a pontuação 7,4; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao perito papiloscopista da Polícia Civil Daniel Luiz Laranjeira, pelo empenho e profissionalismo demonstrados na resolução do assassinato do senhor Devanir da Silva Santos, conhecido como Devanir do Táxi, na cidade de Ribas do Rio Pardo/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Escola Municipal Pingo de Gente – Pólo, em Nova Andradina, que obteve a pontuação 7,9 e ficou em 1º lugar entre as melhores escolas no ranking no estado de Mato Grosso do Sul do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano); requerimento de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a entrega do Diploma de Ilustre Visitante à senhora Tatiana Monteiro de Barros, fundadora do Movimento União BR, movimento apartidário que atua como ponte entre quem quer ajudar e quem precisa de ajuda;*



requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a entrega do Diploma de Ilustre Visitante ao apóstolo Valdemiro Santiago de Oliveira, fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus; indicações, de autoria dos deputados João Henrique, Pedro Kemp, Junior Mochi, Paulo Corrêa, Caravina, Marcio Fernandes e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e nove de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 3 de setembro de 2024: Mensagem nº 39/2024, Poder Executivo, encaminhando projeto de Lei que autoriza o estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Amambai/MS, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 02706/2024); Mensagem nº 40/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (Jucems) a isentar o devido preço público dos seus serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 02722/2024); Ofício nº 675/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 2294/2024); Ofício nº 1.182/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 2318/2024); Ofício nº 11.750/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique (Prot. nº 2075/2024); Ofício nº 01/2024, do município de Angélica, respondendo à moção de pesar do deputado Renato Câmara (Prot. nº 2341/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Antes da segunda parte do Pequeno Expediente, gostaria de fazer um agradecimento especial aos atletas do fim de semana em Dourados, deputada Gleice Jane e deputado Renato Câmara (a deputada Lia *correu* da corrida). Foram mais de quinhentas pessoas participando do movimento. Obrigado pela participação e parabéns pela alegria contagiante, pelo trabalho. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruk, secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, com cópia ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, solicitando a implantação, com urgência, de estrutura administrativa voltada a desenvolver, articular e gerenciar políticas públicas destinadas a enfrentar e minimizar os efeitos da seca, especialmente dos danos causados às comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e a pequenos produtores rurais, uma vez que os períodos sem chuva em Mato Grosso do Sul a cada ano estão mais extensos e mais severos, colocando algumas comunidades em condição de vida assemelhada ao do clima semiárido, o que está agravando a qualidade de vida das famílias,



uma vez que não possuem água para manter o roçado e a criação dos animais. Em viagem recente ao interior do estado, recebi várias reclamações com relação às consequências da seca nas comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de pequenos produtores rurais, tendo em vista que muitos cursos d'água de pequeno volume não conseguiram resistir e secaram totalmente, prejudicando a criação de animais e os pequenos roçados. O boletim de monitoramento das secas referente ao mês de julho de 2024 revela um agravamento das condições de seca no estado, especialmente nas regiões centro-norte, pantaneira, norte e nordeste. De acordo com os dados, no acumulado do mês de julho, grande parte do estado ficou significativamente abaixo da média histórica, e os valores variaram entre 0 e 15 mm em diversas regiões, como na do centro-norte e do Pantanal. Para o trimestre setembro-outubro-novembro de 2024, a tendência é a ocorrência de precipitações abaixo da média em grande parte do estado, com temperaturas acima da média histórica em todo o Mato Grosso do Sul. Historicamente o sul-mato-grossense convive com os períodos de estiagem, no entanto, na última década, o aumento da temperatura dos meses sem chuvas vem se agravando a cada ano, sendo visível o aumento dos danos causados pela seca na qualidade de vida das famílias. Também quero apresentar uma moção de pesar à Arquidiocese de Campo Grande, em razão do falecimento do bispo auxiliar Dom Mariano Danecki, ocorrido no último dia 30 de agosto. Dom Mariano deu início à sua história no Brasil em 1985, quando foi enviado à Missão de São Maximiliano Maria Kolbe. No período de 1987 a 1994, exerceu atividade de formador no Seminário Propedêutico da Ordem dos Frades Menores Conventuais, como supervisor da comunidade Jardim da Imaculada, na Diocese de Luziânia (GO), e como reitor do Seminário São Francisco de Assis, em Brasília. Foi diretor nacional do Movimento Milícia da Imaculada e vigário da província São Maximiliano Maria Kolbe no Brasil, de 2003 a 2007. Seu último trabalho, antes da nomeação episcopal, foi como pároco da paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Juruá, na prelazia de Tefé, no Amazonas. No dia 25 de fevereiro de 2015, foi eleito pelo Papa Francisco como Bispo Titular de Regie e auxiliar da Arquidiocese de Campo Grande (MS). No dia 1º de maio de 2015, em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, recebeu a ordenação episcopal. Esta Casa de Leis presta sua solidariedade aos amigos, familiares, irmãos de Ordem e a toda a comunidade católica de Campo Grande pelo falecimento de Dom Mariano, que dedicou 39 anos de sua vida, com humildade, sabedoria e testemunho de fé, à igreja no Brasil e na Arquidiocese. Também apresento aqui uma moção de apoio, a ser encaminhada ao Ministério da Cultura e também ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A moção refere-se à proposta do Plano de Cargos e Carreiras dos trabalhadores do Ministério da Cultura, que foi entregue ao MGI no dia 16 de agosto. O documento é resultado do grupo de trabalho (GT) nas mesas setoriais do Ministério da Cultura. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, sábado passado estive no município de Ponta Porã e de lá me desloquei para dois acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra acampados entre Ponta Porã e Antônio João, coincidentemente em frente a uma fazenda de 1.100 hectares que era propriedade do saudoso amigo e ex-deputado estadual e federal Oscar Goldoni, fazenda que fora arrecadada pelo governo federal (por razões que não me compete julgar). E eis que, senhor presidente, estranhamente essa fazenda foi destinada para o Exército — há lá uma placa como se fosse propriedade do Exército Brasileiro —, fazenda que, segundo informações, é arrendada para a fazendeirada produzir grãos, ganhar dinheiro. Eu



não concordo com isso. Portanto, senhor presidente, estou apresentando um requerimento deste Poder ao senhor ministro da Defesa, senhor José Mucio Monteiro Filho, com cópia ao comandante do Exército Brasileiro, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, bem como ao comandante Militar do Oeste, general Luiz Fernando Estorilho Baganha, solicitando a seguinte informação: considerando a grande extensão de mais de mil hectares do imóvel de propriedade da União Federal entregue ao Exército Brasileiro, localizado no município de Ponta Porã (matrícula anexa), situada entre Ponta Porã e Antônio João, requeremos saber para qual finalidade está sendo utilizada a referida área. A partir deste requerimento, quero estabelecer negociação com o governo federal (Ministério da Agricultura Familiar, Incra e Ministério da Defesa) para que essa propriedade venha a ser destinada urgentemente para o assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra acampados exatamente em frente à dita propriedade. O segundo requerimento, senhor presidente, vai na mesma linha, porquanto lá em Itaquiraí, já praticamente na área urbana, há uma área de trinta e poucos hectares, com três matrículas, terra devoluta, terra de propriedade da União, da qual a fazendeirada também tomou posse. Nós acampamos dentro da área com os nossos companheiros, já há uma decisão da Justiça mandando fazer o assentamento... Portanto, pela demora, estou entrando com o segundo requerimento, senhor presidente, do seguinte teor: "Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando a seguinte informação: qual a situação atual do processo de titulação dos imóveis rurais no município de Itaquiraí/MS (matrículas anexas)? — no sentido de efetivar a criação de um assentamento para as famílias de agricultores, originalmente acampadas na região, que lutam por aquela terra para produzir." São, pois, dois requerimentos, senhor presidente. Agora eu me permito pedir a Vossa Excelência pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Quero me somar, senhor presidente, ao deputado Pedro Kemp na justa preocupação que traz Sua Excelência sobre a situação de calamidade que os trabalhadores rurais assentados vivem neste estado, particularmente no Cone Sul. Estive em Itaquiraí; lá um complexo de assentamentos chamado Santo Antônio, reunindo mais de trezentas famílias, foi praticamente dizimado pelo fogo: hoje não há absolutamente nenhuma condição de alimentar nem o gado, nem as próprias famílias. E portanto, senhor presidente, de lá mesmo liguei para o governador... E quero registrar aqui a sensibilidade do governador Eduardo Riedel... Liguei lá do assentamento, combinei com ele uma reunião com uma comissão dos assentados. Pois ontem a assessoria do governador me deu o retorno, informaram-me que para amanhã, quarta-feira, às dez horas, está marcada uma reunião na Governadoria, do governador com uma comissão dos assentados do complexo Santo Antônio, para vermos iniciativas que possam minimamente amenizar a gravíssima situação que vivem os assentados de Itaquiraí. Entendendo que todos os atores implicados têm de se envolver, fiz questão de convidar o prefeito da cidade para juntar-se a nós nessa reunião com o governador amanhã às dez horas. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.



**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, demais colegas, público que nos acompanha neste plenário e também pela Rádio e TV Alems. Eu trago aqui hoje, presidente, algumas indicações. A primeira delas é endereçada ao governador Eduardo Riedel, à ministra dos Povos Indígenas, à presidente da Funai, senhora Joenia Wapichana, solicitando a destinação de recursos para a aquisição de óleo diesel, visando a apoiar a agricultura familiar das comunidades indígenas de Amambai. As comunidades indígenas de Amambai necessitam de apoio para a preparação de terras e o plantio, atividades essenciais para a geração de renda dentro da comunidade, e também para a sobrevivência dos povos indígenas. A medida vai contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos povos indígenas da aldeia de Amambai. Tal pedido nos foi encaminhado pelos vereadores Tato Souza, Janete Cordoba, Rosa da Saúde, J. Roberto, Anilson Prego e Joanir Martins, todos de Amambai. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, em especial para o secretário de Infraestrutura e Logística, e ao prefeito de Amambai, senhor Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, solicitando a instalação de três semáforos nas seguintes ruas de Amambai: no cruzamento da avenida Nicolau Otaño com a avenida Pedro Manvailer, na rua da República com a rua Rio Brando; substituição do atual semáforo instalado na avenida Pedro Manvailer, no cruzamento com a rua Marechal Floriano. É uma demanda também endereçada à direção do Detran de Mato Grosso do Sul. Essa instalação, em pontos estratégicos, é fundamental para garantir a fluidez do trânsito e também a segurança para aqueles que trafegam por esses trechos. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, e ao Magnífico Reitor da UFGD, professor doutor Jones Dari Goettert, solicitando a destinação de recursos para a construção de novas salas de aula no Centro de Educação Infantil Municipal (Ceim) da UFGD. Este Centro de Educação Infantil Municipal funciona no campus da universidade, que fica bem distante do perímetro urbano de Dourados. A ampliação das instalações do Centro de Educação Infantil Municipal na UFGD é de suma importância para garantir que todas as famílias que precisam deixar as crianças em instalações de ensino, enquanto trabalham ou estudam, possam ser atendidas adequadamente. A falta de capacidade do citado Ceim compromete o acesso das mães, especialmente daquelas que conciliam a vida acadêmica ou profissional com os cuidados de seus filhos menores. Esse Ceim já existe, como eu disse, na universidade, mas a demanda tem crescido muito, tanto de funcionárias da universidade quanto de acadêmicas. Portanto estamos hoje apresentando essa indicação para que haja a ampliação desse Ceim, que é também um convênio da UFGD com o município de Dourados, para que haja mais espaço, para que essas mães possam trabalhar, estudar, fazer sua graduação tranquilas que seus filhos vão estar seguros. Apresentamos também, presidente, um projeto de lei — no Grande Expediente falamos mais, se houver espaço. Esse projeto tem a ver com uma bandeira que a gente levanta aqui, a bandeira da inclusão social em Mato Grosso do Sul; estamos falando, no caso, da acessibilidade, do olhar especial que o Parlamento estadual deve ter para com as pessoas com deficiência, em especial autistas e portadores da síndrome de Down. "Artigo 1º - Fica autorizado, em todo o território do estado de Mato Grosso do Sul, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) portarem alimentos para consumo próprio, bem como utensílios e objetos de uso pessoal, nos estabelecimentos comerciais de acesso ao público, teatros, cinemas, bares, restaurantes, bem como em qualquer local público ou privado. Parágrafo Único - Entende-se por utensílios: pratos, copos, talheres, marmitas ou recipientes específicos que atendam à



necessidade da pessoa com TEA ao se alimentar. Artigo 2º - São autorizados, respeitada a faixa etária indicativa, o ingresso e a permanência em qualquer local público ou privado da pessoa com TEA portando: I - Alimentos para consumo próprio, em qualquer local público e privado, ainda que o local sirva alimentação; II - Utensílios e objetos de uso pessoal. (...)” O projeto justifica-se tendo em vista as peculiaridades que têm as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa pessoa muitas vezes tem um prato, um copo especial dela, e lhe retirar isso pode desestabilizá-la. Quem é pai, mãe de um autista — não é, deputado Neno Razuk? — sabe que se se retira isso, ele passa a não se alimentar mais de forma regular, ele acaba tendo reações... Então acreditamos que esse projeto vem para acolher o autista, seja em espaço público, seja no privado, porque sabemos que há uma resistência muito grande. Muitas vezes num teatro, num cinema só há um tipo de alimento, e ele não consome aquele alimento... Uma das principais características do autista é não se afastar das suas peculiaridades, de se prender a essa forma rotineira de se alimentar, de utilizar utensílios, de se vestir, etc. Quer dizer, eles têm algumas manias (meu filho está com 27 anos e até hoje tem certas manias), então creio que é uma lei que vem para avançarmos ainda mais, é uma forma de acolher essas pessoas. Que não: elas não são invisíveis à sociedade. Se houver mais tempo posso entrar num pouco mais em detalhes sobre o projeto. Mas de novo: acredito que será um grande ganho para Mato Grosso do Sul. Por ora é isso. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, nossos assistentes, público presente, pessoal da mídia, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems e redes sociais. Senhor presidente, trago uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso do Sul, senhor Augusto César Merey Vilhalba, solicitando a realização de estudo de viabilidade no sentido de promover a implantação de uma Casa Lotérica no distrito de Nova Itamarati, município de Ponta Porã, uma vez que a ausência de tais serviços impõe grandes dificuldades à população local, que precisa se deslocar a outras localidades para realizar serviços básicos, como pagamentos e transações financeiras. Essa solicitação veio de lideranças lá do Itamarati, que ouviram a comunidade, então estou encaminhando o expediente ao superintendente, para que ele possa fazer uma análise da viabilidade da instalação dessa lotérica. Eu sei que a Caixa Econômica segue algumas normativas de população, mas entendo que naquela localidade a medida seria de suma importância. Por hoje era só, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto... Deputado Paulo Corrêa... Deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Senhor presidente, requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares, amigos e correligionários religiosos do padre Hiata Anderson, grande amigo, pároco da paróquia São José Operário de Corumbá, que de forma muito precoce partiu agora no dia 30 de agosto, em Campo Grande, vítima de um infarto fulminante... Pela ordem, presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Senhor presidente, queria solicitar a Vossa Excelência, como presidente da Casa, e foi um pedido da comissão dos aposentados, em que pese tenha já sido publicada toda a calendarização do projeto que isenta os aposentados que recebem até três salários e que tenham comorbidade — solicitar que Vossa Excelência, por obséquio, esclareça o rito da tramitação para que não haja nenhuma dúvida.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Atendendo então ao pedido do deputado Paulo Duarte, esclareço que em torno desse projeto foi firmado acordo de lideranças. Como havia sido acordado com a CCJR uma emenda (vocês devem recordar), o projeto veio indicando que iria valer a partir do primeiro dia subsequente ao mês de sua aprovação, ou seja, independentemente do dia da aprovação em setembro, ele só ia valer em outubro. Mas aí ocorreu que a Assembleia, por acordo de lideranças, com a anuência da CCJR, assentou que o projeto vai valer a partir de 1º de setembro. Havendo todavia os prazos para a apresentação de emendas, e para que não haja atrasos (houve acordo de lideranças aí), não pode haver pedido de vista. Então o projeto ficou calendarizado: quinta-feira vota-se, e terça-feira conclui-se a votação. A não ser que votem contra aqui na Casa, o que é difícil, tenho certeza que será aprovado por unanimidade, a vigência será então a partir de 1º de setembro, e vocês vão se beneficiar disso, que é um direito de todos vocês, que estão de parabéns por estarem aqui nessa luta... Com a palavra, o nobre deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Obrigado pelos esclarecimentos, senhor presidente.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, queria apresentar uma indicação... Antes, porém, pela ordem, queria informar que foi aprovado por esta Casa, por unanimidade, a nosso pedido, o Título de Visitante Ilustre à senhora Tatiana Monteiro de Barros, fundadora do Movimento União BR, organização não governamental que aplicou R\$ 20 milhões agora, a pedido do nosso governador Eduardo Riedel, em alimentação desidratada de altíssima qualidade, com nutrientes fantásticos, senhor presidente, que está sendo entregue aos ribeirinhos do estado de Mato Grosso do Sul — em função das queimadas que estão castigando o bioma Pantanal. Parece algo de somenos, senhor presidente, mas tem um alcance fantástico do ponto de vista humanitário. Ela tem, de fato, feito um trabalho impressionante em todas as tragédias que acontecem no país, a começar pelas enchentes do Rio Grande do Sul. Diante disso, e levando em conta que por aqui temos um problema (levantado por um grande amigo, o Paulo Goldoni, e por outros produtores rurais do Pantanal), a saber, o da alimentação dos animais, estou fazendo essa indicação. Praticamente, senhor presidente, as queimadas já atingiram 1,8 milhão de hectares no Pantanal, muito embora (e assim confirmou o governador) a área queimada este ano (praticamente a metade) seja menor do que a do ano anterior. Então solicito aqui à senhora Tatiana esforços a fim de que se desenvolvam, juntamente com seus parceiros (SimpleNutri, que é uma empresa lá do Rio de Janeiro), refeições desidratadas e nutritivas para os animais silvestres em crise ambiental, vítimas dos incêndios e queimadas que afetam a região do Pantanal sul-mato-grossense. Temos o exemplo daquela onça em cima de um toco, totalmente carbonizada; temos também o exemplo das duas onças que estão sendo tratadas pelos nossos técnicos do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras)...



Conversamos então com a senhora Tatiana Monteiro de Barros e ela se prontificou a atender à nossa solicitação o mais rápido possível, para que possamos socorrer os animais do nosso Pantanal. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David... Deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, caros deputados, público presente e quem nos ouve pelas redes sociais e pela Rádio e TV Assembleia. Tenho duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, desembargador Sérgio Fernandes Martins, solicitando a análise técnica da minuta do projeto de lei que dispõe sobre a causa de isenção de taxas de custas judiciais para portadores de neoplasia maligna e altera a Lei nº 3.779, de 11 de novembro de 2009. A proposição visa a incluir os portadores de neoplasia maligna entre os beneficiários da isenção de taxas judiciais. Também, senhor presidente, estou solicitando ao senhor governador do estado, ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Verruck, e ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman, informações a respeito da possibilidade da realização de reforma nos escritórios regionais da Agraer nos municípios do interior do estado. Estamos aqui, senhor presidente, buscando informações sobre o atual estado das instalações dos escritórios regionais da Agraer nos municípios do interior, entre eles Dourados, com o qual temos uma aproximação... Temos visto que vários escritórios da Agraer estão carecendo de reforma, de uma melhoria em suas instalações elétricas, também no telhado, para que se possa prestar um atendimento mais qualificado aos nossos produtores rurais. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia com sua presença, deputado Zeca do PT, que chegou agora; meus cumprimentos à imprensa, à assessoria da Casa. Senhor presidente, quero apresentar uma indicação por escrito e fazer outra oralmente. Indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora Adriane Lopes, prefeita do município de Campo Grande, ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agetran, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Obras Públicas, por cópias autônomas, solicitando a implantação de semáforo na rua Cachoeira Campo, esquina com a rua Francisco Antônio de Souza, bairro Portal Caiobá, Campo Grande, conforme croqui anexo. O pleito encontra justificativa no anseio da população, que encaminhou a solicitação até o nosso gabinete. Senhor presidente, agora faço uma solicitação, uma indicação verbal... Ontem o jornal Correio do Estado trouxe uma matéria extremamente importante relacionada à relicitação da Ferrovia Malha Oeste, que está esquecida no Tribunal de Contas da União há mais de seis meses. Eu quero dizer da importância dessa obra, porquanto hoje o rio Paraguai não está navegável. Estive com o proprietário da Vetorial... normalmente neste período, em outras épocas, o rio estava cheio. Então, diante da seca, diante do prejuízo ocasionado pela não navegabilidade, pela impossibilidade do transporte de minério de ferro extraído nas minas de Corumbá, ficamos nos perguntando quantos anos,



quantos projetos de recuperação da Malha Oeste serão ainda necessários para enfim termos a possibilidade de transportar o minério de ferro via o Porto de Santos. Esta é uma questão importante, e é uma solicitação que faço à Casa. A outra é com relação à BR-163. Até agora o Tribunal de Contas da União não se manifestou, se vai relicionar ou repactuar. Nós que estamos na base ficamos ouvindo as pessoas perguntar e não temos resposta. Esta Casa entrou com mandado de segurança para suspender o aumento dos tributos, que está em tramitação, enviou também um requerimento ao TCU, mas até o momento não obtivemos resposta.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só para contribuir: já há um parecer contrário à nossa participação no TCU como *amicus curiae*. Não é ainda decisão do ministro, mas já há parecer contrário.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Pois é... Então que eles tomem a decisão. O que nós queremos é apenas o acompanhamento e a agilização desse processo, seja relicitação, seja repactuação. Eu entendo que esta Casa, na condição de representante da sociedade sul-mato-grossense, tem de expor e eles têm de prestar à Assembleia Legislativa as informações relativas à tramitação do processo, e sobre o porquê que até agora nada se decidiu. Acho isso extremamente importante. É uma situação ruim, porque ficamos sem uma justificativa plausível para dar aos usuários da nossa mais importante rodovia, a nossa maior rodovia federal, que corta o estado de norte a sul, por onde todos os sul-mato-grossenses trafegam.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando a destinação de recursos para a reforma geral e ampliação da Escola Estadual Ministro João Paulo dos Reis Veloso, no município de Dourados. Trata-se de uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Weverton Mathias. A referida escola desempenha um papel crucial na educação de nossas crianças e jovens, atendendo uma ampla comunidade de alunos e suas respectivas famílias. No entanto, a estrutura atual da escola encontra-se em estado de degradação, comprometendo a qualidade do ensino e o bem-estar de todos os envolvidos. Acreditamos que com o apoio desta instituição será possível garantir um ambiente escolar mais seguro, adequado e estimulante, propício ao desenvolvimento integral dos nossos alunos. A reforma permitirá também a implementação de novas metodologias de ensino, fundamentais para o avanço da educação no município. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui hoje apresentar um projeto de resolução. "Altera a redação da Resolução nº 39, de 9 de setembro de 2009, alterada pela Resolução nº 59/2021, que institui o Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares", para incluir a denominação 'Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva'. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado



de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a deliberação do Plenário, resolve: Artigo 1º - Altera a ementa da Resolução nº 39, de 9 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação: 'Institui o Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva'. Artigo 2º - O artigo 1º da Resolução nº 39, de 9 de setembro de 2009, alterado pela Resolução nº 59/2021, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Artigo 1º - Fica instituído o Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares e Tia Eva, de frequência anual, a ser concedido em homenagem às pessoas físicas ou jurídicas, como instituições públicas, organizações não-governamentais, universidades ou outros, que tenham efetiva atuação no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial no estado de Mato Grosso do Sul.'" O Troféu do Mérito Legislativo Zumbi dos Palmares foi criado em 2009 por iniciativa do deputado estadual Amarildo Cruz. Então aqui nós reverenciamos a memória do companheiro Amarildo Cruz, e agora queremos incluir nesse projeto também uma homenagem à Tia Eva. Já temos também hoje a Comunidade Quilombola Tia Eva. Tia Eva veio para Campo Grande em 1905, é quase que uma fundadora da cidade, esteve empenhada nesse processo, tendo contribuído muito para a formação da cidade, e portanto merece aqui todas as nossas homenagens. E essa homenagem da Tia Eva também a queremos estender a todas as comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso do Sul. Temos hoje vinte e duas comunidade quilombolas, dezessete na zona rural e cinco na zona urbana, como é o caso da comunidade Tia Eva. Quero fazer aqui também uma referência especial a Desidério Felipe de Oliveira, que chegou ao estado, também no ano de 1905, e foi direto para Dourados, na Picadinha, onde criou a Comunidade Quilombola da Picadinha, tendo comprado, já em 1938, como cidadão livre, aquelas terras. Mais tarde teria suas terras roubadas; sobre isso ainda corre um processo na Justiça, de qualquer forma as famílias acabaram sendo expulsas do seu território e ainda hoje travam grande luta para poder retornar. Então, em nome dessas comunidades, em homenagem a esse povo guerreiro, que enfrentou a escravidão e que até hoje luta contra o racismo, nós queremos ampliar o alcance desse troféu, desse prêmio, e homenagear também uma mulher tão importante para cidade de Campo Grande e para o estado de Mato Grosso do Sul, que foi a Tia Eva. Aproveito também para parabenizar a todas as mulheres militares. 1º de setembro foi o Dia das Mulheres Militares de Mato Grosso do Sul, criado por uma lei de autoria do deputado Junior Mochi, em 2017. Hoje, no Brasil, 13% do efetivo militar é formado por mulheres, na Polícia Civil são 27%, mas é uma proporção ainda muito aquém do esperado em termos de igualdade gênero. Esse baixo índice de mulheres nas forças policiais reflete essa realidade também observada em outras áreas majoritariamente masculinas, como é o caso da política. Por isso é importante transformar a sociedade e ampliar esses espaços, porque as mulheres podem estar em todos os espaços, em todas as profissões que quiserem. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, venho aqui ocupar a tribuna para anunciar a propositura de um projeto de lei extremamente interessante, extremamente relevante. Hoje as placas geradoras de energia solar tornaram-se uma realidade na produção de energia verde. E nós estamos apresentando esse projeto para que fique autorizada a compensação de créditos excedentes de energia elétrica entre estados, quando se tratar de concessionárias pertencentes ao mesmo grupo empresarial. O deputado Paulo Duarte tem um projeto na mesma linha, no intuito de tornar obrigatório o detalhamento de algumas informações.. Mas aqui, no nosso caso, o intuito é aproveitar e



compensar. Porque hoje, presidente, há investimentos consideráveis, há inúmeras fazendas produtoras de energia solar, e muitas vezes essas fazendas situam-se na zona limítrofe de Mato Grosso do Sul, e pode acontecer de esse crédito ir para outro estado, dependendo do local onde é gerada a energia. É um projeto interessante, deputado Paulo Duarte, do qual peço que Vossa Excelência e os demais colegas tomem conhecimento. A concessionária Energisa está presente em várias unidades da Federação, então isso seria um instrumento para receber e enviar crédito — o que não seria difícil, considerando as ferramentas tecnológicas de que dispomos atualmente (APPs, etc.) —, facilitaria muito o envio e o recebimento desses créditos. Enfim, estamos dialogando com as empresas, com as concessionárias de energia, e apresento o projeto nesta Casa para que os colegas possam contribuir, aprimorá-lo, para que possamos vê-lo aprovado, o que facilitaria a vida do consumidor e do produtor de energia verde no estado de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Bom dia, nobres pares. Bom dia àqueles que nos honram com a sua presença neste plenário; cumprimento meu amigo José Wilson, de Ivinhema; o Maicon, de Naviraí: é uma satisfação vê-los aqui. Bom dia também àqueles que nos acompanham através da rede social. Quero registrar, senhor presidente, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, nos termos dispostos pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhada moção de congratulação ao ilustríssimo senhor Edelson Ávila, pela conquista da medalha de ouro no Jogos Paralímpicos Paris 2024, ao guiar o paratleta Júlio Cesar Agripino, obtendo ainda o recorde mundial na prova dos 5000m T11, no último dia 30/08/2024. "Os membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representados pelo deputado estadual Lidio Lopes, parabeniza o atleta guia sul-mato-grossense, senhor Edelson Ávila, pela conquista da medalha de ouro no Jogos Paralímpicos Paris 2024, obtendo ainda o recorde mundial na prova dos 5000m T11, no último dia 30/08/2024. O atleta Iguatemense, senhor Edelson Ávila teve a honra de ser o guia de Júlio César na conquista da medalha de ouro nas Paralimpíadas de Paris 2024, além de estabelecer um novo recorde mundial. Com muito orgulho, celebramos o sucesso de Iguatemi. Parabéns, Edelson, por colocar o nome de nossa cidade no mais alto patamar do mundo. Portanto, registramos nosso orgulho e apoio para que continue no caminho das vitórias, servindo de exemplo a todos os jovens sul-mato-grossenses. Que Deus lhe conceda sabedoria no exercício da função." Para mim é uma honra, senhor presidente, estar nesta manhã lendo essa moção de congratulação, porque o Edelson, é um iguatemense, da minha cidade, onde nasci, cresci, comecei minha história de vida, colocou o nome de Iguatemi num patamar mundial, batendo o recorde mundial dos 5 mil metros. Fica então a minha congratulação. E por último, senhor presidente, registro uma moção de pesar endereçada aos familiares do senhor Luiz Alberto Maksoud Pereira, que infelizmente perdeu a batalha para essa doença silenciosa, deputado Paulo Corrêa, que é a depressão. Luiz Alberto era um jovem de 42 anos, com uma inteligência acima do normal, trabalhava na Agotec [Agência Municipal de Tecnologia da Informação e Inovação] do município de Campo Grande, e infelizmente no domingo ele acabou tirando a própria vida. Setembro, ironicamente o mês de prevenção ao suicídio, começa muito forte. Então é com tristeza, com pesar, que manifesto aos familiares os meus mais profundos sentimentos de condolências, rogando a Deus que os conforte a todos. Bruno Maksoud perde seu único irmão; estive agora há pouco lá no velório, e



é triste ver os pais ali naquele momento de dor. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, deputado Paulo, demais colegas, senhoras e senhores presentes. Infelizmente perdemos um grande companheiro nosso, deputado Paulo, o servidor Maurício. Não sei se alguém já se adiantou, mas fiz uma moção de pesar aos familiares do nosso querido amigo, que ao longo de décadas serviu a esta Casa, o Antonio Maurício Calixto Vieira, que faleceu no dia 31 de agosto. Que Deus dê força aos familiares e amigos, que tiveram o privilégio de conhecê-lo e de conviver com ele. Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, está aqui conosco o presidente do Sinpol [Sindicato dos Policiais Cíveis de MS], nosso amigo [Alexandre] Barbosa, e o presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais [Sinpof] o Francisco [de Almeida], que vai entregar a Vossa Excelência um ofício. E eu gostaria de saber se Vossa Excelência já organizou a comissão para discutir os pleitos.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não entendi: vai protocolar?...

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Ele está aqui com o documento para protocolar. O Sinpol já protocolou junto a Vossa Excelência; e agora o Maurício, representando aqui os peritos oficiais, gostaria de protocolar também o seu documento... E gostaria de saber de Vossa Excelência se a comissão já foi formada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Assim que formada será publicado, deputado: não está decidido ainda.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Se possível, senhor presidente, gostaria de fazer parte da comissão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Nós estamos priorizando membros da Comissão de Segurança, e Vossa Excelência é da Comissão de Educação... Mas ainda estamos analisando.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Por isso que eu disse "se possível". Eu sei que há uma comissão específica para tratar do assunto, mas dentro das possibilidades, estou à disposição.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: sete indicações (Prot. nºs 02740/2024, 02737/2024, 02736/2024, 02735/2024,



02739/2024, 02738/2024, 02741/2024). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 02718/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 02743/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 02711/2024, 02709/2024, 02708/2024, 02707/2024); um requerimento (Prot. nº 02733/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02713/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02710/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 02752/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02753/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: quatro indicações (Prot. nºs 02723/2024, 2721/2024, 02720/2024, 02719/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02730/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 02746/2024, 2749/2024, 02715/2024, 02714/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02747/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 02748/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 02744/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 02724/2024); um requerimento (Prot. nº 02725/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 02731/2024, 02729/2024, 02728/2024, 02727/2024, 02726/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: dois requerimentos (Prot. nºs 02745/2024, 02751/2024).). Gostaríamos de registrar e agradecer a presença: do senhor Rodrigo de Arruda, vereador do município de Guia Lopes da Laguna; do senhor José Wilson da Silva, o Zé Wilson, vereador do município de Ivinhema; do senhor Gildo Amaral, vereador do município de Mundo Novo; do presidente do Sindicato dos Peritos, senhor Francisco Orlando; do senhor Cley Ramires, vereador de Aparecida do Taboado. Obrigado pela presença aqui na Casa da Democracia. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dezessete minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, não existe questão mais urgente hoje para a humanidade do que a questão ambiental, das mudanças climáticas. Já estamos atrasados, mas a partir de agora temos de pautar com muita responsabilidade e com urgência políticas públicas mitigatórias e preventivas na questão das mudanças climáticas, principalmente na questão envolvendo o nosso bioma Pantanal, mas também o Cerrado, a Mata Atlântica, a Amazônia, enfim, é uma preocupação que deve ser constante. Lembrando que esta Casa já aprovou uma lei em 2014 dispondo sobre uma política estadual das mudanças climáticas, e é preciso que esta lei seja cumprida, saia do papel, que o governo coloque em prática aqueles instrumentos previstos na lei das mudanças climáticas, para fazermos frente aos eventos que estão acontecendo já de forma muito preocupante, como esses incêndios, como esses períodos de seca prolongada que estão hoje fazendo sofrer muita gente que vive da agricultura familiar, vive nas aldeias indígenas. Eu estive, senhor presidente, viajando neste final de semana junto com o deputado Zeca do PT, e é impressionante o que se vê pelo estado: a fumaça tomou conta do Mato Grosso do Sul. É impressionante, porque isso traz reflexos para a saúde humana —, muitas pessoas com problemas respiratórios, a fuligem no ar, problemas de visão, etc. Então é preciso que realmente tenhamos uma atenção especial para isso que vem acontecendo no Brasil, mas particularmente aqui no estado de Mato Grosso do Sul. Gostaria de chamar a atenção para essa questão dos incêndios. No início do ano estávamos preocupados, deputado Paulo Duarte, pantaneiro, com os incêndios ali no Pantanal, e isso mobilizou governo federal, governo estadual, brigadas, para conter o avanço dos focos de incêndio. Mas hoje já temos incêndios em São Gabriel do Oeste, incêndios na Serra de Maracaju, incêndios se espalhando pelo estado; e é uma coisa impressionante: nesta viagem que fiz agora constatam-se cidades e campos enfumaçados, tudo com muita fumaça. Eu penso que o estado de Mato Grosso do Sul precisa colocar em prática a



lei das mudanças climáticas, com gabinete de crise, com a mobilização dos vários setores da sociedade, para que possamos enfrentar a situação.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concede um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Vossa Excelência deseja fazer um aparte na minha fala?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Desejo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Ainda estava na introdução, mas eu vou conceder um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — É rápido, deputado Pedro Kemp. Primeiramente é absolutamente correta a sua abordagem, quando Vossa Excelência fala de mudança climática, quer dizer, o que está acontecendo não é só no Pantanal, não é só no Mato Grosso do Sul, não é no Brasil: é no mundo, Estados Unidos, Grécia e por aí afora. Como falei com Vossa Excelência quando cheguei à sessão, preocupou-me muito uma entrevista concedida semana passada pelo presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, em que ele diz que 100% dos incêndios do Brasil são criminosos. Primeiro que não há base para afirmar isso, acho que aí a gente acaba terceirizando, só buscando culpado. Quem pratica incêndio criminoso tem de ser punido, investigado pela polícia, preso, enfim... Agora, o que não dá para negar é a redução no volume de chuvas, e precisamos buscar as causas disso. Hoje mesmo o Ministério Público está investigando, por exemplo, o desmatamento ilegal que está secando o rio da Prata; há desmatamento ilegal nas nascentes do rio Paraguai lá no Mato Grosso; então esta é a essência do problema: o que fazer para enfrentar as mudanças climáticas, a redução do volume de chuvas, etc. Eu sou do Pantanal, sou de Corumbá, e é visível a redução de quase 40% do volume de chuvas nos últimos anos. Então, existe uma lei que fala sobre mudança climática... eu acho que quem tem de investigar incêndio criminoso é a polícia, é a S.W.A.T., é a Interpol, sei lá quem; agora, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama têm de olhar para frente e ver o que precisa ser feito para combater a origem do problema, que são as mudanças climáticas e a redução do volume de chuvas. Obrigado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Muito obrigado, deputado Paulo Duarte. Realmente eu também tenho visto várias denúncias de incêndios criminosos, e isso precisa ser investigado. Não sei se é cem por cento, quantos por cento, o fato é que existem indícios muito fortes, principalmente no estado de São Paulo, da ocorrência de incêndios provocados de forma criminosa, e isso realmente precisa ser investigado. Agora, eu queria aqui relatar, senhor presidente, que tenho uma relação antiga com as lideranças indígenas da comunidade indígena Te'yíkue, de Caarapó; estive lá sábado de manhã e fiquei impressionado com o relato das lideranças de que os córregos, os rios da aldeia secaram totalmente; as pessoas estão com falta d'água para beber, para fazer comida, para lavar roupa, para matar a sede dos animais: os córregos da aldeia todos secaram! Hoje estão tendo de pedir carro-pipa para ir lá abastecer algumas caixas-d'água. Então é um assunto muito grave, é uma situação que está acontecendo aqui e noutros estados... Vejam bem, no estado de São Paulo há hoje 31 investigações sobre atividades criminosas relacionadas aos incêndios na Amazônia, 20 investigações sobre o Pantanal e 2 sobre incidentes em São Paulo. Até o dia 25 de agosto, 45 cidades no estado de



São Paulo foram declaradas em situação de emergência devido aos mais de dois mil incêndios florestais ativos. O Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] registrou 5.281 incêndios florestais ativos até agora, até este mês, em comparação com os 2.104 registrados no mesmo período do ano passado. Vejam o quanto que aumentou! Para piorar as coisas, de forma trágica, dois funcionários de uma planta industrial em São Paulo morreram na sexta-feira enquanto tentavam combater um incêndio. Vejam que tragédia esta! Mais de 2.100 incêndios queimaram 59 mil hectares de campo de cana-de-açúcar em São Paulo, que responde por cerca da metade do plantio de cana do Brasil, e, segundo o Instituto de Meio Ambiente, em Brasília, o índice da qualidade do ar atingiu um nível muito insalubre na noite de domingo. Esta é a primeira vez que o nosso órgão estadual registra um alerta de neblina desde sua criação... Eventos públicos chegaram a ser cancelados, e o aeroporto de uma cidade próxima de Goiânia teve de ser fechado por algumas horas devido à neblina da fumaça. Na Amazônia, os satélites detectaram 38.200 focos de incêndio em agosto: mais que o dobro em comparação com o ano anterior e o maior número para este mês desde 2010. Ainda na Amazônia, um bombeiro da brigada federal também morreu na segunda-feira enquanto trabalhava num território indígena apagando fogo: outra tragédia que poderia ter sido evitada. A região onde foi detectada fumaça concentrada, em agosto, coincide com o chamado "arco do desmatamento", que inclui o norte de Rondônia, o sul do Amazonas e o sudoeste do Pará. Isso indica que, além das mudanças climáticas e do El Niño, as mudanças no uso da terra provocadas pelos humanos desempenham papel central no aumento dos incêndios. E é aqui que eu quero chamar a atenção: estamos tendo períodos prolongados de estiagem; o volume de água no Pantanal vem diminuindo (há oito anos que o Pantanal não enche mais); há rios secando... Agora, é preciso relacionar tudo isso com o desmatamento ilegal, criminoso, que está sendo perpetrado em muitas áreas, em Mato Grosso do Sul, no Brasil. Esse desmatamento, com efeito, contribui para o aumento dessas queimadas, de forma que é muito importante que haja uma fiscalização e que a lei que mencionei seja cumprida, para que possamos minimizar o alastramento desses focos de incêndio. Ademais, eu quero lembrar que a Polícia Federal iniciará 31 investigações em todo o país para identificar a origem dos incêndios. O deputado Paulo Duarte dizia aqui ter achado um certo exagero a fala do presidente do Ibama, quando este diz que 100% dos incêndios são criminosos. Eu não saberia dizer se isto procede ou não, até porque me faltam mais elementos, dados, mas dá para afirmar, creio, que há uma porcentagem significativa de incêndios provocados de forma criminosa — além daquela conhecida situação em que o produtor, ao utilizar o fogo para limpar o campo, etc., acaba perdendo o controle e o fogo se alastra produzindo grandes focos de incêndio. Eu queria, senhor presidente, nesses quatro minutos que me restam, passar aqui algumas imagens, imagens que nos dizem muito neste momento. Aqui temos três mapas [imagem no telão] com o monitoramento de secas. Vejam esses dois mapas do Brasil, observem que aquela região mais forte, em laranja (junho/2024 à esquerda e julho/2024 à direita), de um mês para outro cresceu; vejam como cresceu bastante a área em laranja (*seca grave*) e a área em vermelho (*seca extrema*). No mapa do Mato Grosso do Sul, vemos as regiões de maior seca, justamente pegando o sudoeste do estado, Pantanal, toda aquela região ali (Porto Murtinho, Bela Vista, Jardim) atingida fortemente pela seca. Agora vejam que impressionante este mapa [próxima imagem] que mostra a qualidade do ar. Hoje mesmo alguns deputados estavam comentando aqui que algumas regiões estão com apenas 9% de umidade relativa do ar, uma concentração já de deserto. Aquela cor mais forte, um vermelho quase roxo, representa as regiões onde houve uma piora significativa na qualidade do ar. Coloquei ao lado o mapa da África para fazer um comparativo. Vejam que aqui no Brasil, dessa região norte (Acre, Rondônia) descendo para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, nós estamos com a pior qualidade do ar,



pior até que a de regiões áridas da África. A seguir vemos algumas fotos de incêndio que chamam atenção, com muita fumaça que se espalha por todo o estado — muitos municípios foram afetados. A próxima foto é de incêndios na Bacia do Rio Paraguai, no Pantanal; ao lado vemos os brigadistas lutando com o fogo. Aqui são fotos da Amazônia [próxima imagem], que também está sendo fortemente atingida pela seca, com os níveis dos seus rios baixando cada vez mais, com alguns afluentes totalmente secos — e o fogo se alastrando... Então há uma relação entre o desmatamento e o aumento dos focos de incêndio. Nessa próxima foto, de São Paulo, vemos um canavial ardendo, totalmente queimado; à direita vemos como ficou o ar de Ribeirão Preto com a fumaça que se espalhou, em função desses incêndios nos canaviais. E a fumaça chegou até Brasília, os carros tiveram que acender os faróis durante o dia: a situação ficou bastante complicada. Então eu queria aqui, para encerrar, senhor presidente, dizer que nós precisamos fazer esse debate com frequência, levar a sociedade a refletir sobre o que vem acontecendo. Quando cientistas, alguns anos atrás, falavam das mudanças climáticas, alertavam sobre o risco que estava correndo a humanidade, muitos fizeram ouvidos moucos. Pois hoje estamos numa situação em que há uma ameaça à vida humana no planeta: agora o risco virou realidade, não é mi-mi-mi, não é coisa da esquerda, como diziam os negacionistas. É uma situação real, já está acontecendo, a própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na última vez em que esteve aqui em Campo Grande, disse que algumas situações já são irreversíveis; quer dizer, os cientistas já colocam que determinadas situações são irreversíveis, não há mais como voltar ao que era. O que temos de fazer hoje é implementar políticas públicas capazes de frear a devastação ambiental em curso, para que no futuro possamos ter um mínimo de condições para viver no planeta, que é a nossa casa comum. Ou bem cuidamos do nosso planeta, do meio ambiente, ou a vida estará sendo fortemente ameaçada, e as próximas gerações talvez não tenham a mesma sorte que nós, de contemplar este mundo e viver com dignidade, com qualidade de vida. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, bom dia. Venho feliz da vida fazer um registro aqui, meu querido deputado Paulo Corrêa. Aspas: "As políticas macroeconômicas do governo Lula não apenas deram vigor à atividade econômica, com o consumo das famílias girando a roda da economia, mas também restauraram um ambiente de segurança para os investimentos no país. Levantamento do Bradesco aponta que os anúncios de investimentos no Brasil cresceram 23,6% de janeiro a julho, em comparação com o mesmo período do ano passado. É o maior patamar desde 2020. Segundo o banco, foram feitos 362 anúncios no período. Uma prova de que a retomada da política industrial e das obras de infraestrutura, entre outras medidas econômicas, já começaram a surtir efeito no país." A distribuição de renda, o aumento do salário mínimo, a geração de emprego, tudo isso cria um clima absolutamente favorável para o crescimento da economia, que aponta agora — para desespero dos incrédulos — mais de 1,4% no crescimento do PIB do Brasil. Brasil no rumo certo!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre se há quórum para deliberação.



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, estão presentes todos os deputados à sessão. Há portanto quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 168/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação à sala do Tribunal do Júri da Comarca de Cassilândia." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 168/2024, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** - deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** - deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Aprovado o projeto que denomina a sala do Tribunal do Júri da Comarca de Cassilândia com o nome do desembargador Romero Osme Dias Lopes. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 018/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato- Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 018/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

**Presidente** - deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** - deputado Pedro Kemp (PT).

.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**



**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Aprovado o projeto que concede o título ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Nossos cumprimentos ao deputado Paulo Corrêa; Marcelo Vinhaes Monteiro prestou grandes serviços: um amigo do Mato Grosso do Sul. Item 3. Projeto de Lei nº 349/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas



com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências." A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação o projeto do sempre atuante nesta Casa deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — Senhor presidente, hoje tivemos aqui já um projeto apresentado pela deputada Lia Nogueira, a quem parabenizo, no mesmo sentido: está de parabéns a Casa, muito atuante nessa luta. Creio que se houvesse um *ranking* das Assembleias Legislativas do Brasil, estaríamos lá no topo, é de reconhecer o trabalho de todos os deputados aqui — temos o deputado Lucas, o deputado Vaz, deputada Lia sempre atuando em favor das pessoas com deficiência (são todos, citei esses porque são deles os últimos projetos apresentados que lembro). Este projeto visa a proporcionar um melhor atendimento a essas pessoas, levando em conta, como lembrou a deputada, as restrições alimentares que sofre o autista, às vezes precisa levar seu copinho, seu talher, seu pratinho... Enfim, é uma maneira de ir preparando um ambiente em que essas famílias sejam mais bem atendidas, mais bem acolhidas: é um projeto de inclusão para essas pessoas. Obrigado pelo voto de todos.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

Projeto de Lei nº 349/2023 de autoria do deputado Neno Razuk.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter havido emendas. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 11 indicações e 02 moções de congratulação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Anderson Ferreira Gonçalves Bento. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Antonio Perin. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento dos senhores Carlos Daniel Marques Silva, Alípio de Oliveira Neto, Pedro Oliveira e Álvaro Henrique Quadros Sampaio. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Joaquim Arnas Cabrera. Os deputados que a



aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Hoje na reunião das comissões ficou definida a formação de uma comissão de três deputados (a publicação sai amanhã no Diário Oficial) com objetivos definidos para discutir a pauta da Polícia Civil. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Gleice. Transferida. Deputado Pedrossian. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h12min).